

Quadro Comparativo entre a Lei nº 8.429, de 1992, o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2006 (nº 1.467, de 2003, na Casa de origem) 1

LEI Nº 8.429, DE 1992	PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10/2006 (Nº 1.467, DE 2003, NA ORIGEM)
Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo ou função na administração pública direta.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º O <i>caput</i> do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:
Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:	“Art. 11.
	VIII - determinar a utilização de quaisquer meios publicitários, inclusive a afixação de cartazes, custeados com recursos públicos, contendo agradecimento nominal a autoridades públicas pela realização de obras ou serviços públicos.” (NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.